

Diferenças de renda do trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina*

Paulo Baltar*
Alexandre Gori Maia**
Eugênia Troncoso Leone***

Palavras-chave:

Resumo

Este artigo compara os rendimentos dos trabalhadores brasileiros e argentinos levando em consideração o sexo, a idade e o grau de escolaridade. A comparação com a Argentina teve por objetivo ressaltar a elevada desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil, bem como os efeitos da idade, escolaridade e sexo nessa desigualdade. Para colocar em evidência esses efeitos foi utilizado para cada país um modelo de regressão linear múltipla. A metodologia permitiu constatar as peculiaridades das enormes diferenças de renda existentes no Brasil, destacando-se, de um lado, que a pirâmide de rendas do trabalho no Brasil situa-se num nível inferior a o da Argentina e que a partir dessa referência inicial de renda dos trabalhadores comuns ocorre no Brasil uma diferenciação bem mais pronunciada por idade, escolaridade e sexo. Na interpretação das especificidades brasileiras levaram-se em consideração as diferenças de trajetória do sistema educacional e de desenvolvimento da economia no país. Constatou-se também que no Brasil ainda é maior do que na Argentina a participação dos jovens na atividade econômica embora essa participação venha diminuindo. Além disso, as diferenças de renda por sexo são maiores no Brasil, apesar do aumento da participação feminina na atividade econômica ter sido maior neste país. As constatações do trabalho permitem destacar a enorme importância da política de recuperação do salário mínimo verificada recentemente no Brasil, procurando elevar o nível em que se situa a base da pirâmide de rendimentos do trabalho, como um aspecto importante de uma política de diminuição das grandes diferenças de renda que existem neste país. As análises basearam-se em informações fornecidas pelos Institutos Nacionais de Estatísticas: IBGE do Brasil e INDEC da Argentina.

* “Trabajo presentado em el III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em Córdoba, Argentina, del 24 al 26 de septiembre de 2008”.

* Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). E-mail: pbaltar@eco.unicamp.br.

** Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). E-mail: gori@eco.unicamp.br.

*** Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). E-mail: eugenia@eco.unicamp.br.

Diferenças de renda do trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina*

Paulo Baltar*
Alexandre Gori Maia**
Eugênia Troncoso Leone***

Introdução

Este artigo tem por objetivo ressaltar as peculiaridades das diferenças de rendimento do trabalho no Brasil, comparando-as com as diferenças de rendimento do trabalho na Argentina. As análises dessas diferenças basearam-se nas informações provenientes de duas pesquisas domiciliares: a PNAD (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) do IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*), para o Brasil e a EPH (*Encuesta Permanente de Hogares*) do INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos*), para a Argentina. O ano de referência de ambas as pesquisas foi o de 2006.

Primeiramente, deve-se destacar que os dados da PNAD e da EPH não são diretamente comparáveis, pois existem algumas diferenças importantes entre elas tais como abrangência territorial, período de referência e metodologia de classificação das variáveis que expressam as características dos trabalhadores. Assim, no Brasil, a PNAD é aplicada anualmente a uma amostra relativa a todo o território brasileiro (IBGE, 2006) e o período de referência dos questionários é a última semana de setembro de cada ano. Já na Argentina, a EPH está restrita aos 31 maiores aglomerados urbanos e sua amostra é dividida ao longo de cada um dos 4 trimestres do ano, sendo que as entrevistas são aplicadas semanalmente e seus resultados permitem análises trimestrais, semestrais e anuais (INDEC, 2003).

Para permitir a comparabilidade entre as duas pesquisas domiciliares, optou-se por considerar, na PNAD, apenas os domicílios particulares permanentes urbanos das regiões metropolitanas ou de municípios auto-representativos, ou seja, os municípios com população superior a 100 mil habitantes e, na EPH, as informações dos 31 aglomerados metropolitanos referentes ao último semestre de 2006. Em ambas as pesquisas, excluíram-se ainda os empregados domésticos residentes nos domicílios e seus parentes.

Feitas essas correções, os residentes em municípios auto-representativos abrangeram 52,6% da população brasileira, em 2006. Nas regiões metropolitanas e municípios auto-representativos, os residentes em áreas rurais (domicílios localizados fora das sedes de município e distrito) correspondiam a apenas 3,9% da população. Desconsiderando a população rural e ainda os domésticos residentes nos domicílios e seus parentes bem como os moradores de domicílios improvisados e coletivos, a parcela da amostra utilizada limitou-se a um universo de 94,3 milhões de pessoas, ou 50,4% da população brasileira.

* “Trabajo presentado em el III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em Córdoba, Argentina, del 24 al 26 de septiembre de 2008”.

* Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). E-mail: pbaltar@eco.unicamp.br.

** Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). E-mail: gori@eco.unicamp.br.

*** Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). E-mail: eugenia@eco.unicamp.br.

Na Argentina, nas 31 maiores áreas metropolitanas abrangidas pela EPH residem 71% dos habitantes urbanos do país (GASPARINI, 2004). Segundo o mesmo autor, a população urbana corresponderia a aproximadamente 87% da população Argentina e, dessa forma, a amostra da EPH representaria cerca de 62% da população total desse país. Deste universo, foram ainda excluídas 155 mil pessoas (0,65% da população) que não eram familiares residentes nos domicílios.

A segunda consideração importante para o estudo das diferenças de renda do trabalho diz respeito à variável nível de escolaridade. Deve-se alertar que existem diferenças importantes nos sistemas educacionais dos dois países. Na Argentina, desde a implementação da reforma curricular em 1994, a estrutura do sistema educacional compreende quatro níveis de ensino: Inicial, para crianças de 3 a 5 anos, sendo obrigatório somente o último ano; Educação Geral Básica, para adolescentes de 6 a 14 anos, que compreende três ciclos de três anos cada um; a Educação Polimodal de três anos, para jovens de 15 a 17 anos e, por último, a Educação Superior (HERRAN; UYTHEM, 2001). No Brasil, a estrutura do sistema educacional brasileiro compreende a educação infantil, destinada a crianças de até 5 anos de idade; o ensino fundamental (1º grau) para a faixa etária de 6 a 14 anos; o ensino médio (2º grau) com duração variável entre 3 a 4 anos de estudo e o Ensino Superior. Deve-se ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental, gratuito nas escolas públicas (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabelecendo a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.

Dessa forma, embora não sejam diretamente comparáveis, adotou-se a classificação dos níveis primário, secundário e superior vigente em cada país. Estudos mais apurados sobre o tema permitirão, posteriormente, reavaliar a metodologia de análise e sugerir possíveis mudanças nas classificações.

Em ambas as pesquisas, consideraram-se como ocupadas as pessoas com 15 anos ou mais de idade que tinham um trabalho remunerado na semana de referência ou que trabalhavam sem remuneração com jornada igual ou superior a 15 horas por semana. Os rendimentos do trabalho principal foram deflacionados para 1º de julho de 2004 e convertidos para dólares considerando a Paridade do Poder de Compra (PPP) proposto pelas Nações Unidas (ONU). No Brasil, utilizou-se como deflator dos rendimentos o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE e, na Argentina, o IPC (Índice de Precios al Consumidor) do INDEC.

1. A desigualdade de renda do trabalho no Brasil

No Brasil, as diferenças de renda entre os trabalhadores são muito grandes¹. Neste artigo, ressaltamos alguns aspectos dessas diferenças de renda comparando Brasil com Argentina, onde as diferenças de renda dos trabalhadores são também grandes, porém bem menores que no Brasil.

Considerando somente as pessoas com rendimento positivo na ocupação principal e que informaram idade, sexo e grau de escolaridade, a comparação entre Brasil e Argentina para o ano de 2006 mostra que o índice de Gini da desigualdade de renda do trabalho vem diminuindo lentamente no Brasil enquanto na Argentina aumentou no final da década de 90 e vem revertendo este aumento desde 2003 (Tabela 1).

¹ Ver ao respeito BALTAR e LEONE (2007).

Tabela 1

Evolução do Índice de Gini para as rendas do trabalho na ocupação principal. Brasil e Argentina 1995 a 2006.

anos	Brasil	Argentina
1995	0,555	0,430
1996	0,550	0,430
1997	0,546	0,431
1998	0,547	0,453
1999	0,540	0,436
2000	0,543	0,449
2001	0,547	0,466
2002	0,546	0,486
2003	0,539	0,478
2004	0,532	0,460
2005	0,532	0,456
2006	0,527	0,439

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

Os dados da tabela anterior mostram a importância de se conhecer um pouco melhor as diferenças de renda do trabalho no Brasil e a comparação com o país vizinho permitirá qualificar melhor essas diferenças.

2. Padrões de diferenças de renda do trabalho por idade, sexo e grau de escolaridade em 2006

Com o objetivo de comparar os padrões das diferenças de renda do trabalho nos dois países ajustou-se, para cada país, um modelo de regressão linear múltipla que pode ser resumidamente expresso na seguinte equação de rendimentos:

$$\ln(Y_i) = \beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_{ij} + e_i \quad (1)$$

A variável $\ln(Y)$ representa o logaritmo neperiano do rendimento hora do trabalho na ocupação principal, X_j o conjunto de k variáveis socioeconômicas associadas ao rendimento das pessoas ocupadas e e_i o erro aleatório não explicado pelo modelo. Cada coeficiente β_j representa, dessa forma, a diferença no logaritmo do rendimento hora do trabalho na ocupação principal associada a uma diferença na variável X_j . Em outras palavras, quando X_j é uma variável contínua, a diferença percentual na renda associada a uma diferença unitária em X_j será equivalente a $100\beta_j\%$. Quando X_j for uma variável dicotômica, que assume apenas valores 0 e 1, a diferença percentual na renda associada à dicotomia estabelecida será equivalente a $100[\exp(\beta_j)-1]\%$ (HALVORSEN; PALMQUIST, 1980).

A compatibilização das informações provenientes das pesquisas do Brasil e da Argentina impôs algumas restrições na escolha das variáveis socioeconômicas usadas para explicitar os padrões de diferenças de renda do trabalho nos dois países. Assim, em total, consideraram-se no modelo de regressão as nove variáveis explanatórias, descritas a seguir.

- i) idade: os anos de idade da pessoa ocupada que tende a exprimir o impacto da experiência profissional na renda;
- ii) (idade)²: a variável idade da pessoa ocupada elevada ao quadrado para considerar a redução do incremento marginal da experiência profissional, à medida que a pessoa ocupada envelhece;
- iii) sexo: uma variável binária que assume o valor 1 para mulheres, para distinguir a diferença de renda da mulher em relação ao homem;
- iv) seis variáveis binárias para distinguir sete graus de escolaridade²: sem qualquer escolaridade (utilizada como base para a comparação); primário incompleto; primário completo; secundário incompleto; secundário completo; superior incompleto; superior completo;

Os coeficientes do modelo foram estimados pelo método de mínimos quadrados ponderados, utilizando o peso das pessoas na amostra como fator de ponderação. Dado o grande número de observações na amostra, praticamente todos os coeficientes, com exceção do intercepto para o modelo argentino, mostraram-se estatisticamente diferentes de zero com nível de significância de 1% (Tabela 2).

² A equivalência entre os países foi a seguinte: sem qualquer escolaridade: menos de 1 ano de estudo na Argentina e no Brasil; primário incompleto: de 1 a 6 anos na Argentina e de 1 a 7 anos no Brasil; primário completo: 7 anos na Argentina e 8 anos no Brasil; secundário incompleto: de 8 a 12 anos na Argentina e de 9 a 10 anos no Brasil; secundário completo: 13 anos na Argentina e 11 anos no Brasil; superior incompleto: de 14 a 16 anos na Argentina e de 12 a 14 anos no Brasil; superior completo: 17 anos e mais na Argentina e 15 anos e mais no Brasil.

Tabela 2

Estimativas dos coeficientes para a equação de rendimentos. Brasil e Argentina, 2006

Variável	Brasil					Argentina				
	β	t	p	$e^{\beta-1}$	r^2 semi parcial	β	t	p	$e^{\beta-1}$	r^2 semi parcial
Intercepto	0,3570	-16,7	***	-	-	0,0541	1,2	0,229	-	-
idade	0,0490	52,9	***	-	0,017	0,0385	30,2	***	-	0,016
idade ²	0,0004	-35,3	***	-	0,008	-0,0003	-21,9	***	-	0,008
mulher	0,2521	-59,7	***	-0,22	0,022	-0,1513	-25,1	***	-0,14	0,011
primário inc.	0,2301	18,5	***	0,26	0,002	0,1385	3,6	***	0,15	0,000
primário com.	0,4066	30,2	***	0,50	0,006	0,2737	7,3	***	0,31	0,001
secundário inc.	0,4735	33,2	***	0,61	0,007	0,4143	11,0	***	0,51	0,002
secundário com.	0,7140	57,2	***	1,04	0,020	0,6211	16,6	***	0,86	0,005
superior inc.	1,1789	83,3	***	2,25	0,043	0,8630	22,8	***	1,37	0,009
superior com.	1,7312	132,8	***	4,65	0,108	1,2614	33,5	***	2,53	0,019
Coefficiente Determinação			0,4258					0,2993		

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

⁽²⁾ Três asteriscos representam significância a 1%.

A qualificação anterior pode ser conferida a partir dos coeficientes de determinação semiparcial (r^2 semiparcial) que permitem estimar o poder explanatório isolado de cada variável destacada no modelo. Para cada uma dessas variáveis X_j , o r^2 semiparcial expressa sua contribuição isolada para a parcela da variabilidade total descrita pelo modelo, pois é dada por:

$$r_i^2 \text{ semiparcial} = R_{y.12\dots p}^2 - R_{y.12\dots(i)\dots p}^2 \quad (2)$$

Onde $R_{y.12\dots p}^2$ é o coeficiente de determinação com todas as variáveis do modelo e $R_{y.12\dots(i)\dots p}^2$ é o coeficiente de determinação sem a variável independente X_j .

Os coeficientes de determinação semiparciais para as variáveis binárias relativas aos graus de escolaridade, principalmente para os níveis superiores de escolaridade, são bem maiores no Brasil do que na Argentina e essas diferenças não são tão acentuadas para as variáveis relativas ao sexo e a idade das pessoas ocupadas. Ou seja, a contribuição isolada para a parcela da variabilidade total da renda das pessoas ocupadas que é descrita pelo modelo, do fato das pessoas terem ou não alto grau de escolaridade, parece muito maior no Brasil do que na Argentina, não ocorrendo o mesmo com o fato das pessoas serem homens ou

mulheres ou terem diferentes idades. Deste modo, os poderes explanatórios isolados da escolaridade das pessoas parecem muito maiores no Brasil do que na Argentina, não acontecendo o mesmo com a variável sexo ou, principalmente, com a variável idade.

A interpretação do resultado anterior requer a consideração das profundas diferenças que existem entre os dois países em termos do nível socioeconômico de suas populações e da história recente de seus respectivos sistemas educacionais.

Embora as diferenças venham diminuindo com o passar do tempo, o nível socioeconômico da população argentina é, em geral, muito superior ao da população brasileira e, além disso, o sistema educacional brasileiro só recentemente tem conseguido incorporar e manter freqüentando a escola, o grosso da população em idade escolar e, mesmo assim, com muita repetência e atraso escolar. Em conseqüência, como será mostrado posteriormente, uma parte maior da população argentina jovem não está no mercado de trabalho e grande parte da população adulta que está no mercado de trabalho possui nível de escolaridade muito maior ao verificado com o segmento equivalente da população que reside no Brasil.

É importante ter presente que a população que em 2006 tinha mais que 30 anos de idade começou a estudar antes de 1983, quando as diferenças de qualidade entre os sistemas educacionais dos dois países eram bem maiores (em favor da Argentina) que na atualidade, de modo que no Brasil uma parcela muito grande da população, que atualmente têm mais de 30 anos, apresenta um nível de escolaridade muito baixo. Essa parcela da população brasileira pode até ter feito esforços para melhorar sua escolaridade, porém não existiam nessa época escolas de qualidade que permitissem a essas pessoas terem êxito na tentativa de se sobrepôr às dificuldades para estudar, decorrentes do baixo nível de sua condição socioeconômica. Na Argentina, uma parcela bem menor da atual população adulta tem tão baixa escolaridade. Essa parcela da população, devido à melhor condição socioeconômica e/ou à melhor qualidade do sistema educacional argentino antes da década de 1980, conseguiu avançar em escolaridade, muito mais do que a parcela análoga da população brasileira.

Em conseqüência, a correlação atualmente existente entre idade e escolaridade é muito maior entre os trabalhadores argentinos do que entre os brasileiros. Nos dois países, entretanto, são muito semelhantes os efeitos diferenciadores da renda das pessoas ocupadas provocados isoladamente pela idade, como indicam os coeficientes de determinação semiparcial das variáveis que captam os efeitos da idade sobre as diferenças de renda do trabalho. Na Argentina, porém, muito mais do que no Brasil, os efeitos diferenciadores da renda provocados pela idade incluem uma parte dos efeitos diferenciadores associados à escolaridade. Por esse motivo, a explicitação dos efeitos isolados da escolaridade aparece no modelo de modo mais marcante no Brasil. Algo semelhante, mas em proporções menores, também ocorre com a explicitação dos efeitos isolados da variável sexo sobre a variabilidade da renda do trabalho. O coeficiente de determinação semiparcial da variável que capta o efeito da variável sexo sobre as diferenças de renda do trabalho é maior no Brasil do que na Argentina.

As diferenças atuais nas correlações entre idade, sexo e escolaridade, produto de histórias diferentes que ainda tem suas marcas nas características do estoque de população hoje existente nos dois países, dificultam enormemente a explicitação dos padrões de diferenciação das rendas do trabalho, cuja comparação deveria ressaltar algumas das peculiaridades da elevada desigualdade da renda do trabalho ainda existente no Brasil. Assim, a maior correlação entre idade, sexo e escolaridade na Argentina não apenas reduz o poder explicativo isolado das variáveis que expressam suas influências sobre as diferenças de renda, aumentando o efeito de suas interações - o que fica patente na menor relação entre a soma dos coeficientes semiparciais de determinação e o coeficiente total de determinação da equação de rendimentos no caso da Argentina (23% e 56%, respectivamente) - como também responde,

em parte, pelo menor coeficiente total de determinação dessa equação neste país, indicando o pior ajustamento do modelo aos dados da Argentina.

Em outras palavras, a equação de rendimento utilizada explicita uma parcela menor das diferenças de renda na Argentina, e uma parte maior das diferenças captadas relaciona-se, sobretudo, com a inter-relação dos fatores explicitados, enquanto no Brasil a equação de rendimentos revela uma parte maior das diferenças de renda das pessoas ocupadas e os efeitos isolados das variáveis pesam mais nas diferenças de renda captadas pelo modelo. No caso brasileiro, por exemplo, possuir ou não o nível superior completo de escolaridade é responsável isoladamente por 11% das diferenças de renda entre as pessoas ocupadas ou por 25% das diferenças que a equação de rendimentos consegue explicitar no Brasil.

Considerando as ressalvas apontadas é possível examinar os efeitos das distintas variáveis explicitadas na equação de rendimentos comparando os coeficientes estimados pelo modelo. A comparação indica que as diferenças são mais acentuadas no Brasil do que na Argentina, qualquer que seja a característica identificada. Assim, por exemplo, o rendimento das mulheres é 22% $[(e^{-0,25211}-1)\times 100]$ menor que o dos homens, descontando os efeitos das demais variáveis e de suas interações, enquanto na Argentina essa diferença é de 14%. Pode-se também afirmar que a escolaridade influencia de maneira mais intensa as diferenças de rendimento do trabalhador brasileiro. Na Argentina, por exemplo, as diferenças de renda entre os que completaram o 1º grau de instrução e os que não têm nem um ano de estudo aprovado é de 31%, contra 50% no Brasil. Já as diferenças de renda entre os que completaram o 2º grau e os que não têm um ano de estudo é de 104%, no Brasil, e 86% na Argentina. Essas comparações têm implícitas as diferenças de renda entre as pessoas que completaram o 1º e o 2º grau, de 38%, no Brasil e, 42%, na Argentina. Já o fato de completar o nível superior provoca uma diferença de renda em relação a completar o 2º grau, de 176% no Brasil e 90% na Argentina.

As cifras anteriores mostram que, no Brasil, o fato das pessoas completarem o 2º grau não representa tanta vantagem em termos de rendimentos como na Argentina. É possível associar este fato ao intenso aumento recente dos trabalhadores que no Brasil possuem o 2º grau completo, tendo sido acompanhado de uma relativa desvalorização do diploma de 2º grau. A população brasileira vem aumentando sua escolaridade com a ampliação do sistema educacional do país desde os anos de 1980, mas os trabalhadores não têm tido a oportunidade de valorizar sua maior escolaridade por causa da estagnação da economia brasileira, sendo relegados a ocupações que, no passado, não exigiam esse tipo de escolaridade. Argentina também não tem criado boas oportunidades de trabalho, mas a população argentina há muito tempo atinge o 2º grau completo e as diferenças de renda por escolaridade foram geradas previamente, num momento em que foi possível aos trabalhadores valorizarem melhor o progresso de sua educação. A Argentina melhorou a educação de sua população no mesmo momento em que desenvolveu sua economia, enquanto o Brasil só agora está universalizando a educação primária e avançando na educação secundária, depois de interrompido o desenvolvimento de sua economia.

3. Diferenças de rendimento do trabalho por idade

Para a análise das diferenças de rendimento conforme idade, os trabalhadores foram classificados em jovens (15 a 29 anos), adultos (30 a 49 anos) e maiores de idade (50 ou mais anos). As diferenças de renda média segundo esses grupos de idade são bem maiores no Brasil do que na Argentina. O desvio padrão das médias de rendimento hora, ponderado pelo número de pessoas ocupadas é 26% maior no Brasil do que na Argentina (1,36 e 1,08 dólares, respectivamente, pela paridade do poder de compra de 2004), sendo que o rendimento médio

na Argentina supera o do Brasil em 16% (5,72 e 4,94 dólares por hora, respectivamente). Deste modo, o desvio padrão dos rendimentos por grupo de idade equivale a 27,5% da média no Brasil e a 18,9% na Argentina (Tabela 3).

Tabela 3

Ocupação e rendimento por idade no Brasil e na Argentina, em 2006

Idade	Argentina			Brasil		
	Pessoas Ocupadas	Taxa de Ocupação	Rendimento Horário	Pessoas Ocupadas	Taxa de Ocupação	Rendimento Horário
15 - 29	29,0	46,6	4,03	33,8	56,7	3,17
30 - 49	45,5	77,1	6,39	48,5	76,4	5,47
50 e +	25,5	43,8	6,46	17,7	40,8	6,87
Total	100,0	55,7	5,72	100,0	60,1	4,94

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

A participação dos jovens na força de trabalho total do país é maior no Brasil (quase 5 pontos percentuais) e não reflete apenas as diferenças no formato da pirâmide etária dos dois países, pois a participação dos jovens de 15 a 29 anos na população total com 15 ou mais anos de idade é 34,7% na Argentina e 35,8% no Brasil. A principal diferença entre os dois países, que responde pela maior participação dos jovens na força de trabalho total no Brasil, verifica-se na taxa de ocupação (relação entre pessoas ocupadas e o total de pessoas com mais de 15 anos de idade) que é de 56,7% no Brasil e de apenas 46,6% na Argentina.

Uma proporção menor de jovens argentinos encontra-se ocupada em atividades da economia, mas o rendimento desses jovens argentinos é superior ao rendimento dos jovens no Brasil (27%). Assim, a renda média horário obtida pelos jovens brasileiros é bem menor e, além disso, as diferenças de rendimento médio por grupos de idade são bem maiores no Brasil. De fato, a diferença de renda média entre adultos e jovens é de 73% no Brasil e de 59% na Argentina, enquanto que a diferença de renda média entre os adultos e os de mais idade é de 26%, no Brasil, e de somente 1% na Argentina. Com essas maiores diferenças de renda média por idade, o rendimento médio das pessoas com idade superior a 50 anos é maior no Brasil do que na Argentina (6%).

Para enriquecer a comparação das grandes diferenças de renda do trabalho no Brasil é preciso procurar entender, em primeiro lugar, porque tantos jovens se ocupam em atividades da economia por tão baixa remuneração e, em segundo lugar, porque são tão grandes as diferenças de renda do trabalho entre os diferentes grupos de idade dos trabalhadores neste país. A comparação do Brasil com a Argentina que permitiu destacar essas duas diferenças entre os dois países pode ajudar também a compreender o que está por trás dessas grandes diferenças de renda por idade no Brasil.

4. Escolaridade e condição de atividade da população jovem

A população jovem é um pouco mais escolarizada na Argentina do que no Brasil³. A comparação das distribuições dessas duas populações pelos três níveis de escolaridade indica

³ Com relação à transição da escola para o trabalho dos jovens na Argentina, ver SOLIS et ali (2006).

que as principais diferenças residem na maior fração que não completa o 1º grau no Brasil (23% contra só 4% na Argentina) e a maior parcela que apenas completa o 1º grau na Argentina (47% contra 29% no Brasil), não fazendo praticamente qualquer diferença entre os dois países nas frações de jovens que completam o 2º ou 3º grau de escolaridade (42% e 6%, respectivamente, nos dois países). Novamente é preciso lembrar que as pessoas com 29 anos, em 2006, começaram a estudar em 1984, o que no Brasil significava entrar num sistema educacional muito deficiente e incapaz de levar o estudante a superar as dificuldades de aprendizado colocadas pela baixa condição socioeconômica de uma parte expressiva dessa população, com idade pouco inferior aos 29 anos e que quando teve a oportunidade de começar a estudar, não foi capaz de aprovar as primeiras séries do 1º grau (Tabela 4).

Tabela 4

Condição de atividade econômica da população com 15 a 29 anos de idade. Brasil e Argentina, 2006

Grau de escolaridade	Sexo	Argentina				Brasil			
		População	Participação	Desemprego	Ocupação	População	Participação	Desemprego	Ocupação
- 1º grau	M	1,9	26,0	25,8	19,3	10,4	43,7	29,2	31,0
- 1º grau	H	2,4	59,7	16,4	49,9	12,5	68,9	15,8	58,0
1º grau	M	22,3	31,6	24,2	23,9	14,7	49,7	32,2	33,7
1º grau	H	24,5	56,6	15,5	47,8	14,2	67,2	19,5	54,1
2º grau	M	23,4	56,8	22,6	44,0	22,7	75,4	20,1	60,2
2º grau	H	19,5	74,1	13,0	64,5	19,4	87,8	12,3	77,0
3º grau	M	4,0	90,3	7,8	83,3	3,5	88,2	9,3	79,9
3º grau	H	2,0	94,2	8,2	86,5	2,6	91,6	7,0	85,2
Total		100,0	56,1	17,0	46,6	100,0	69,6	18,5	56,7

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

Nos dois países, as taxas de participação dos homens são bem maiores que as das mulheres em todos os graus de escolaridade (salvo o nível superior) e essa participação na atividade econômica é tanto maior quanto maior o grau de escolaridade. Já a taxa de desemprego, pelo contrário, é bem maior entre as mulheres, salvo novamente no nível superior de escolaridade, sendo tanto menor quanto maior o grau de escolaridade. Para a população jovem que completou o nível superior de escolaridade são muito pequenas as diferenças por sexo nas taxas de participação e de desemprego.

Os dados mostram a tremenda dificuldade, nos dois países, dos jovens começarem a trabalhar por remuneração, sendo que esta dificuldade é tanto maior quanto menor o nível de escolaridade desta parcela da população, mostrando que os dois países têm muito a fazer para melhorar seus respectivos sistemas educacionais, de modo a proporcionar alternativas mais razoáveis à atividade econômica, para a população jovem que tem intensa dificuldade para se inserir precocemente no mercado de trabalho. Há, entretanto, grandes diferenças de taxas de ocupação entre os dois países, salvo para os jovens que possuem nível superior completo de educação, e a diferença a favor do Brasil deve-se mais às maiores taxas de participação, pois as taxas de desemprego, em geral, não são maiores na Argentina. Pelo contrário, as taxas de desemprego são maiores no Brasil para as mulheres que não completaram o 1º grau e para os jovens de ambos os sexos que apenas completaram o 1º grau. Exceto os poucos que conseguiram completar a educação de nível superior, uma proporção maior de jovens

argentinos do que de brasileiros não procura uma ocupação em atividades da economia, que tem oferecido muito pouca oportunidade para a inserção desta parcela da população no mercado de trabalho.

5. Escolaridade e rendimento da população jovem ocupada

Na Argentina são poucos os jovens ocupados que não conseguiram completar o 1º grau de escolaridade. Já no Brasil é muito maior a proporção de jovens ocupados com tão pouca escolaridade (18% dos jovens ocupados contra 3% na Argentina) e a remuneração desses jovens é muito diferente nos dois países. Na média a diferença é de 44% (2,59 e 1,80 dólares, respectivamente) e neste nível de escolaridade é pequena a diferença de renda do trabalho por sexo, não passando de 8% no Brasil, enquanto na Argentina é desprezível o número de mulheres ocupadas com tão baixo grau de escolaridade, sendo inclusive insignificante sua presença na amostra (Tabela 5).

Tabela 5

Rendimentos do trabalho de pessoas ocupadas com 15 a 29 anos de idade, por sexo e escolaridade. Brasil e Argentina, 2006

Grau de escolaridade	Sexo	Argentina		Brasil	
		Pessoas Ocupadas	Rendimento horário	Pessoas Ocupadas	Rendimento horário
- 1º grau	M	0,8	3,3	5,6	1,7
- 1º grau	H	2,6	2,4	12,8	1,8
1º grau	M	11,4	2,9	8,7	2,0
1º grau	H	25,1	3,2	13,6	2,1
2º grau	M	22,1	4,1	24,1	2,9
2º grau	H	27,0	4,5	26,4	3,6
3º grau	M	7,2	6,4	4,9	7,6
3º grau	H	3,8	7,0	3,9	9,4
Total		100,0	4,0	100,0	3,2

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

A comparação de renda média dos jovens com 1º grau de escolaridade aponta uma diferença de 49% a favor de Argentina (3,08 e 2,06, respectivamente). Neste nível de escolaridade também é relativamente pequena a diferença de renda do trabalho por sexo (11% na Argentina e 7% no Brasil). As diferenças de renda a favor da Argentina são bem menores entre os jovens ocupados com maior escolaridade e a diferença reverte a favor do Brasil quando se comparam os rendimentos médios dos jovens com nível superior completo de instrução.

A diferença de renda média do trabalho entre os dois países é de 32% para os jovens com o 2º grau completo (4,33 na Argentina e 3,27 no Brasil) e a diferença por sexo continua estreita na Argentina (10%), mas é grande no Brasil (25%) para os jovens com esse grau de escolaridade. A renda média dos jovens ocupados com nível superior é maior no Brasil do que

na Argentina e, somente no Brasil, é grande a diferença por sexo da renda do trabalho dos jovens ocupados com alta escolaridade (10% na Argentina e 24% no Brasil).

A comparação da renda média do trabalho de jovens com e sem o 1º grau de escolaridade mostra uma diferença de 19% na Argentina e de 14% no Brasil. Já a comparação da média da renda de jovens, com 1º e 2º grau de escolaridade, aponta uma diferença de 40% na Argentina e 59% no Brasil. Nos dois países, mas, especialmente no Brasil, é muito ampla a diferença de renda entre os que têm e os que não têm o 2º grau de instrução. No Brasil, é muito grande a diferença de renda do trabalho entre homens e mulheres com esse grau de escolaridade. O contraste entre os dois países, neste particular, é maior ainda quando se compara a renda média do trabalho dos jovens com 2º e 3º grau de escolaridade. A diferença é de 52%, na Argentina, e chega a 156%, no Brasil (a renda média dos jovens com 3º grau é de 6,60 na Argentina e de 8,36 no Brasil). Novamente ressalta a grande diferença de renda do trabalho por sexo entre os jovens do Brasil com nível superior de escolaridade.

Em resumo, no Brasil, uma elevada proporção de jovens com idades entre 15 e 29 anos trabalha por remuneração, mas a remuneração desse trabalho é muito reduzida. As diferenças de remuneração, entretanto, são muito grandes e estão relacionadas com o nível de escolaridade desta parcela da população. A referência salarial para essa população jovem é muito baixa no Brasil, bem mais baixa do que na Argentina, e os efeitos diferenciadores dos graus de escolaridade sobre a renda do trabalho dos jovens é ainda maior no Brasil do que na Argentina e os maiores rendimentos do trabalho com escolaridade média e superior no Brasil são acompanhados de fortes diferenças de renda do trabalho por sexo. Deste modo, a renda do trabalho do jovem é menor e mais diferenciada no Brasil do que na Argentina. O desvio padrão dos rendimentos médios dos jovens classificados por sexo e grau de escolaridade é de 1,10 dólar por hora na Argentina e de 1,77 dólar por hora no Brasil, correspondendo a 27,3% e 55,9% dos respectivos rendimentos médios do trabalho dos jovens nos dois países.

6. Escolaridade e idade da população

As diferenças nos formatos das distribuições da população jovem e adulta por grau de escolaridade são muito maiores no Brasil do que na Argentina, refletindo o caráter mais recente do aumento da cobertura do sistema educacional básico no Brasil (Tabela 6). Nos dois países, a fração da população adulta que completou o curso superior é bem maior do que a da população jovem, indicando que muitos jovens ainda não terminaram sua passagem pelo sistema escolar. Nos dois países, tanto para jovens como para adultos, a fração de mulheres que completou o curso superior é maior que a dos homens. Finalmente, a principal diferença entre os dois países no perfil da escolaridade das populações jovem e adulta é a maior fração da que não completou o 1º grau no Brasil, e a da que apenas completou o 1º grau na Argentina, embora para a população adulta também se verifique uma maior fração da que completou o curso superior na Argentina.

Tabela 6

Escolaridade e idade da população. Brasil e Argentina, 2006

Grau de escolaridade	Sexo	População 15 a 29		População 30 a 49		População 50 e mais	
		Argentina	Brasil	Argentina	Brasil	Argentina	Brasil
- 1º grau	M	1,9	10,4	3,3	18,9	11,1	34,9
- 1º grau	H	2,4	12,5	3,4	17,1	7,3	24,2
1º grau	M	22,3	14,7	19,5	9,1	26,8	6,5
1º grau	H	24,5	14,2	20,0	8,3	20,1	5,2
2º grau	M	23,4	22,7	17,1	18,1	12,2	9,8
2º grau	H	19,5	19,4	16,3	15,5	10,1	8,1
3º grau	M	4,0	3,5	13,0	7,3	6,9	5,5
3º grau	H	2,0	2,6	7,4	5,7	5,5	5,8
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

Para a população de mais idade, mesmo na Argentina, é relativamente pequena a fração de pessoas que ao menos completou o 2º grau. Esta população deve ter começado seus estudos antes de 1963, quando ainda era irrelevante a cobertura do sistema educacional básico, principalmente no Brasil. Na Argentina, pelo menos somente 18% da população com mais de 50 anos de idade, em 2006, não completou o 1º grau, sendo que esta proporção é de 59% no Brasil. Não obstante, as diferenças entre as frações da população com 50 anos e mais de idade com 2º e 3º grau de escolaridade são relativamente pequenas. De modo que, mesmo na Argentina, o grosso da população que começou a estudar antes de 1963 quando muito completava o 1º grau de escolaridade. A fração da população de idade com no máximo o 1º grau de escolaridade é de 65% na Argentina e 71% no Brasil.

7. Escolaridade, idade e taxa de ocupação

Nos dois países e em todos os grupos de idade, a taxa de ocupação (fração da população com mais de 15 anos que tem ocupação em uma atividade econômica) é tanto maior quanto maior a escolaridade. A população é muito mais escolarizada na Argentina, mas a taxa de ocupação neste país não é maior que a do Brasil. Destaca-se a maior taxa de ocupação dos jovens brasileiros em todos os graus de escolaridade, salvo no nível superior completo. A diferença entre os dois países a esse respeito é bem menor para a população adulta, mas a taxa de ocupação no Brasil é maior para as mulheres adultas, salvo novamente entre as que têm 3º grau completo de escolaridade. Já com a população maior de idade, ressalta a maior taxa de ocupação dos níveis médio e superior de escolaridade na Argentina.

Tabela 7

Taxas de ocupação segundo escolaridade, idade e sexo. Brasil e Argentina, 2006

Grau de escolaridade	Sexo	População 15 a 29		População 30 a 49		População 50 e mais	
		Argentina	Brasil	Argentina	Brasil	Argentina	Brasil
- 1º grau	M	19,3	31,0	50,8	54,4	21,5	23,0
- 1º grau	H	49,9	58,0	79,9	85,3	49,0	47,4
1º grau	M	23,9	33,7	51,7	59,3	26,0	33,4
1º grau	H	47,8	54,1	92,8	89,0	57,7	58,3
2º grau	M	44,0	60,2	62,6	70,6	38,2	40,2
2º grau	H	64,5	77,0	92,5	91,5	63,2	42,8
3º grau	M	83,3	79,9	85,1	86,7	60,0	52,8
3º grau	H	86,5	85,2	97,5	95,9	75,2	72,2
Total		46,6	56,7	77,1	76,4	43,8	40,8

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

Em resumo, a comparação das taxas de ocupação nos dois países permite destacar a elevada participação das mulheres e, principalmente, dos jovens na força de trabalho brasileira. As mulheres representam 44% das pessoas ocupadas no Brasil e 42% na Argentina enquanto os jovens respondem por 34% das pessoas ocupadas no Brasil e 29% na Argentina. A elevada ocupação de jovens e mulheres no Brasil está associada a rendimentos do trabalho muito baixos, ajudando a explicar as grandes diferenças que existem a esse respeito no Brasil.

8. Diferenças de renda do trabalho segundo idade e escolaridade

Os adultos apresentam rendas do trabalho bem maiores que as dos jovens e as diferenças são tanto maiores quanto maior o nível de escolaridade⁴. As diferenças de renda do trabalho por idade são muito maiores no Brasil do que na Argentina, salvo para os que completaram o nível superior de escolaridade, para os quais as diferenças de renda média entre adultos e jovens é maior na Argentina do que no Brasil. A renda média dos maiores de idade é maior que a dos adultos, mas a diferença é bem menor do que entre adultos e jovens, embora no Brasil as diferenças de renda entre maiores de idade e adultos sejam muito grandes.

⁴ Ver ao respeito, Leone e Baltar (2006).

Tabela 8

Diferenças proporcionais de renda média por idade segundo o grau de escolaridade das pessoas ocupadas. Brasil e Argentina, 2006

Grau de escolaridade	Argentina		Brasil	
	Adulto / Jovem	Maior de idade / Adulto	Adulto / Jovem	Maior de idade / Adulto
- 1º grau	20,5	4,8	46,1	20,9
1º grau	29,5	10,8	62,6	32,2
2º grau	36,8	17,3	65,6	36,7
3º grau	84,4	13,2	68,0	31,1
Total	58,6	1,1	72,6	25,6

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

Assim, as diferenças de idade, controlada a escolaridade das pessoas ocupadas, estão associadas as maiores diferenças de renda no Brasil do que na Argentina. Algo análogo ocorre com a escolaridade cujos diferenciais, controlada a idade das pessoas ocupadas, também vão junto com maiores diferenças de renda no Brasil do que na Argentina, principalmente quando são comparadas as rendas das pessoas ocupadas com 2º e 1º grau e com 3º e 2º grau. E as diferenças de renda do trabalho por grau de escolaridade são crescentes com o grau de escolaridade e com a idade das pessoas ocupadas, salvo na comparação das rendas médias das pessoas com 2º e 3º grau de escolaridade para a qual a diferença entre as pessoas de idade é menor que entre os adultos (tabela 9).

Tabela 9

Diferença proporcionais de renda média entre Argentina e Brasil por escolaridade e segundo o grupo de idade das pessoas ocupadas, em 2006

Idade	1º grau / -1º grau	2º grau / 1º grau	3º grau / 2º grau	1º grau / 1º grau	2º grau / 1º grau	3º grau / 2º grau
	15 - 29	18,9	40,3	52,3	14,4	58,2
30 - 49	27,9	48,1	105,9	27,4	61,2	159,8
50 e +	35,2	56,8	98,8	39,3	66,6	149,2
Total	23,7	40,9	113,4	12,6	57,8	196,6

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

Em resumo, as diferenças de renda do trabalho por idade e por escolaridade são maiores no Brasil do que na Argentina. A comparação das rendas medias dos dois países, controlada a idade e a escolaridade das pessoas ocupadas, mostra que a renda do trabalho é muito baixa no Brasil, principalmente para a população mais jovem e menos escolarizada. Nos dois países a renda média é praticamente idêntica para as pessoas de idade com baixa escolaridade e chega a ser maior no Brasil para pessoas que completaram o 3º grau, para todos os grupos de idade (Tabela 10).

Tabela 10

Diferenças proporcionais de renda média entre Argentina e Brasil por grupos de idade e segundo o grau de escolaridade das pessoas ocupadas, em 2006

Grau de escolaridade	15 - 29	30 - 49	50 e +	Total
- 1º grau	43,9	18,6	2,8	19,5
1º grau	49,5	19,1	0,9	31,3
2º grau	32,5	9,4	-6,1	17,2
3º grau	-21,0	-13,2	-25,1	-15,6
Total	27,1	16,8	-6,0	15,8

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

A comparação das rendas do trabalho entre Argentina e Brasil por grupos de idade põe em evidência que não somente as menores rendas do trabalho são muito baixas no Brasil mas também as rendas mais altas são muito elevadas. As enormes disparidades de renda do trabalho no Brasil refletem não somente a enorme fração de jovens e de pessoas de baixa escolaridade com uma renda do trabalho muito baixa, mas também a elevada renda de parcela relativamente pequena de pessoas com alta escolaridade.

9. Diferenças de renda do trabalho por sexo segundo idade e escolaridade

As diferenças de renda do trabalho são grandes no Brasil, não só por idade e por escolaridade, mas também por sexo controlada a idade e a escolaridade (LEONE e BALTAR, 2008). Comparadas com Argentina as diferenças de renda do trabalho de homens e mulheres é pequena somente para jovens sem 1º grau completo ou no máximo com 1º grau completo. Na Argentina, mas não no Brasil, a diferença de renda por sexo também é relativamente pequena para jovens mais escolarizados e para adultos e pessoas de idade com menos que o 1º grau de escolaridade. A única situação em que a diferença de renda por sexo é bem maior na Argentina do que no Brasil é entre adultos com 3º grau completo (Tabela 11).

Tabela 11

Diferenças proporcionais de renda do trabalho entre homens e mulheres segundo idade e escolaridade. Brasil e Argentina, 2006

Grau de escolaridade	Argentina			Brasil		
	15 - 29	30 - 49	50 e +	15 - 29	30 - 49	50 e +
- 1º grau	-27,0	4,6	10,4	8,2	33,2	47,0
1º grau	10,8	21,4	27,6	6,6	44,4	74,6
2º grau	10,5	20,2	34,1	24,9	49,2	47,5
3º grau	9,9	74,6	16,3	24,2	41,4	49,1
Total	-2,7	16,6	9,7	5,2	26,1	48,9

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

As diferenças de renda por sexo são crescentes com a idade. Mesmo no Brasil, as diferenças de renda por sexo entre jovens com 2º e 3º grau são menores que as diferenças de renda por sexo para os adultos e para os maiores de idade. Esses resultados apontam para a tendência de redução nas diferenças de renda por sexo, a medida que se consolida a participação das mulheres na atividade econômica, processo que parece mais avançado na Argentina do que no Brasil, apesar das menores taxas de participação das argentinas que das brasileiras na atividade econômica.

Considerações finais

As diferenças de renda do trabalho continuam sendo bem maiores no Brasil do que na Argentina. Isto fica patente no índice de Gini que atualmente vale 0,527 no Brasil e 0,439 na Argentina, considerando os trabalhadores residentes nas principais cidades dos países. A comparação das diferenças de renda do trabalho nos dois países, levando em conta idade, sexo e escolaridade dos trabalhadores permitiu ressaltar algumas peculiaridades brasileiras, associadas à enorme dispersão de rendas do trabalho existentes neste país.

A análise de uma equação de rendimentos, estimada com dados de cada um dos dois países, em 2006, colocou em evidência a intensidade do efeito diferenciador das rendas do trabalho no Brasil, de diferenças em idade, sexo e escolaridade dos trabalhadores. As equações de rendimento traduzem os retratos das diferenças de renda existentes nos estoques dos trabalhadores urbanos dos dois países, no segundo semestre de 2006 e nesses retratos, por sua vez, estão as marcas de histórias muito diferentes, dos dois países.

No Brasil, a condição socioeconômica da população trabalhadora urbana é mais baixa que na Argentina, embora a diferença venha se reduzindo no tempo mais por declínio na Argentina do que por elevação no Brasil. Outra diferença importante entre os dois países reside no fato do Brasil não ter conseguido universalizar o ensino primário para a população urbana, na época em que o país se industrializou. Para tanto, o Brasil precisaria de um enorme investimento na escola primária capacitando-a para se sobrepôr as dificuldades no aprendizado impostas pela baixa condição socioeconômica da população. Ainda hoje mais de 20% da população urbana com 15 a 29 anos de idade não conseguiu completar o 1º grau enquanto na Argentina essa fração é de menos de 5%.

O fato de, no Brasil, o crescimento da fração de trabalhadores que possui o 2º grau completo só ter acontecido depois da interrupção da industrialização implicou numa relativa desvalorização do diploma de 2º grau. A falta de sincronia entre a massificação do ensino e a industrialização no Brasil teve implicações para as diferenças de renda conforme o nível de escolaridade dos trabalhadores. Não obstante, a comparação dos rendimentos da população trabalhadora urbana de 15 a 29 anos que em 2006 completou no máximo o 1º grau indica que a tendência central da remuneração inicial dos trabalhadores comuns continua bem maior na Argentina do que no Brasil, sendo que no Brasil ainda há muitos desses trabalhadores que não conseguiram completar o 1º grau, não havendo diferenças pronunciadas por sexo, nem por ter completado ou não o 1º grau. Nos dois países, 40% dos trabalhadores com 15 a 29 anos têm no máximo o 1º grau completo e a renda média desses trabalhadores é 59% maior na Argentina. Isto, apesar do possível declínio da tendência central da remuneração inicial dos trabalhadores comuns na Argentina, em relação à época que havia industrialização nesse país.

Os dados anteriores apontam uma diferença ainda muito grande a favor da Argentina na base dos rendimentos do trabalho. No Brasil, entretanto, a partir dessa base mais baixa tem uma diferenciação muito maior do que na Argentina, por nível de escolaridade, idade e sexo. Ressaltam as diferenças por escolaridade no Brasil, apesar das evidências de que a recente

massificação do ensino primário e ampliação do número de trabalhadores que completou a escola secundária foram acompanhadas de uma relativa desvalorização da posse do diploma do ensino secundário. Na comparação com Argentina, as diferenças de renda diminuem com a maior escolaridade dos trabalhadores e, no nível superior de escolaridade, a renda média do trabalho no Brasil supera a da Argentina.

Em resumo, o contraste das diferenças de renda nos dois países ajuda a revelar as peculiaridades das enormes diferenças de renda existentes no Brasil. De um lado, toda a pirâmide de rendas do trabalho no Brasil situa-se num nível mais baixo que na Argentina e a partir dessa referência inicial de renda dos trabalhadores comuns ocorre no Brasil uma diferenciação bem mais pronunciada por idade, escolaridade e sexo.

Adicionalmente, se constata que a crescente dificuldade de entrada dos jovens no mercado de trabalho tem-se manifestado de maneira diversa nos dois países. No Brasil ainda é maior do que na Argentina a participação dos jovens na atividade econômica, embora esta participação dos jovens no Brasil venha diminuindo. As diferenças de renda por sexo são maiores no Brasil apesar do aumento da participação feminina na atividade econômica ter sido maior neste país.

As constatações anteriores permitem destacar a enorme importância da política de recuperação do salário mínimo verificada recentemente no Brasil, procurando elevar o nível em que se situa a base da pirâmide de rendimentos do trabalho, como um aspecto importante de uma política de diminuição das grandes diferenças de renda que existem neste país.

Bibliografia

BALTAR, P.; LEONE, E. (2007). Mercado de trabalho e distribuição de renda no Brasil. In: Anais do **X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho** – ABET, realizado em Salvador de 11 a 14 de novembro de 2007.

ECHART, M. (1999). **Educación y distribución del ingreso**. In: FIEL (1999). La distribución del ingreso en la Argentina. Buenos Aires: Fundación de Investigación Económicas Latinoamericanas.

GASPARINI, L. (2004). **Poverty and inequality in Argentina**: methodological issues and a literature review. CEDLAS: The World Bank.

GUJARATI, D. N. (1995). **Basic econometrics**. West Point, United States Military Academy: McGraw-Hill.

HALVORSEN, R.; PALMQUIST, R. (1980). The interpretation of dummy variables in semilogarithmic equations. **The American Economic Review**, v. 70, n. 3, p. 474-475, jun. 1980.

HERRÁN, C. A.; UYTHEM, B. V. (2001) **Why do youngsters drop out of school in Argentina and what can be done against it?** Washington: Inter-American Development Bank.

IBGE (2006). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006**: notas metodológicas – pesquisa básica. Rio de Janeiro: IBGE.

INDEC (2003). **Encuesta Permanente de Hogares (EPH): cambios metodológicos**. Buenos Aires: INDEC.

LEONE, E.; BALTAR, P. (2006) Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Vol.23 – n. 2 – jul./dez., 2006.

LEONE, E.; BALTAR, P. (2008) A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Minas Gerais: Caxambu, Outubro de 2008.

SOLIS, P.; CERRUTTI, M.; BENAVIDES, M.; SAUCEDO, S. G. (2006) La Transición escuela-trabajo em Buenos Aires, Lima y la Ciudad de México. **Anais do II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población**. Guadalajara, México, 3 a 5 de setembro de 2006.